



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Miguel Pereira

Autor: Vereador João Gilberto

PROJETO N.º 052/2006

ASSUNTO: Cria no município de Miguel Pereira, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais.

Originou a Lei 2.142 de 03/06/2006

Vetada

*Revogada c/o nº 2.276 de
23/03/2007.*



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

Ofício n.º 100/2006/GAP/CM.

Miguel Pereira, 20 de Junho de 2006.

Senhor Presidente:

CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA
A Comissão de Justiça e Redação
Em 29 de junho de 2006
Presidente

Pelo presente encaminho a V.Excia., Parecer sobre a Lei nº 2.172, de 05 de junho de 2006, bem como o Veto do art. 4º.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Roberto Daniel Campos de Almeida
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNIC. DE MIG. PEREIRA
Rejeitado por, 06, 03
Em 19 de março de 2007
Eduardo Paulo Correa
Presidente

Recebido em,
27/06/2006
Pur.

Exmo. Sr.
CLÁUDIO EDUARDO ALVES DE MORAES SOARES
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Miguel Pereira – RJ.



MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

Gabinete do Prefeito
Consultoria Jurídica

PARECER

Exmo. Sr. Prefeito,

A Egrégia Câmara Municipal de Miguel Pereira, através de Lei nº. 2.172, de 5 de junho de 2006 criou no Município de Miguel Pereira o Conselho Municipal de Proteção de Defesa dos Animais.

Trata-se de uma lei da mais alta importância para ordenamento jurídico de um órgão consultivo e deliberativo que, certamente, virá assessorar o bom funcionamento da Prefeitura Municipal.

Esta CJU aplaude a idéia dos nobres Edis, principalmente, do autor da matéria, porém encontra-se numa dúvida cruel a que Secretaria ficaria subordinado o referido conselho colegiado e quem seria o presidente e como se formaria a direção deste importante Conselho.

Assim sendo, ousa sugerir a V. Exa., se digne sancionar a lei, vetando, unicamente, o art. 4º que passaria a ter a seguinte redação: **“O Poder Executivo Municipal regulamentará o funcionamento do referido Conselho e instituirá o Regimento Interno deste órgão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente Lei”**.

A emenda aditiva proposta tem por finalidade dar poderes a V. Exa. de escolher a Secretaria que ficará responsável pelo novo Conselho, dando-lhe ainda poderes para nomear o Presidente e os demais membros.

Espera esta CJU que os nobres Vereadores que compõem essa Colenda Casa de Leis acate a mudança proposta, sob pena da lei aprovada não dar poderes para a regulamentação que se fará necessária, visto que o regimento interno não é o ato administrativo competente para tais funções. É a opinião.

Miguel Pereira, 20 de junho de 2006.

Marcia M. F. Calainho
Sub. Consultor Jurídico
Mat. 05/1635

Boaventura Vieira Muniz
Consultor Jurídico
Mat. 05/1633



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

Ofício n.º 105/2006/GAP/CM. Miguel Pereira, 27 de Junho de 2006.

Senhor Presidente:

Pelo presente encaminho a V.Excia., a Lei nº 2.172, de 05 de Junho de 2006, devidamente sancionada por este Executivo, vetando apenas o art. 4º; as quais razões já foram encaminhadas a este Poder Legislativo.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Roberto Daniel Campos de Almeida
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
CLÁUDIO EDUARDO ALVES DE MORAES SOARES
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Miguel Pereira – RJ.

Recebido em,
27/06/06

(Handwritten signature)



MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.172 DE 05 DE JUNHO DE 2006

“CRIA, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA, O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica criado, no Município de Miguel Pereira, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de assessoramento da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - São objetivos e finalidades do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais:

- I- Propor normatização e legislação para a criação, transporte, manutenção e comercialização de animais domésticos, visando a aprimorar e a garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos mesmos, evitando-se a crueldade que contra eles possa ser praticada resguardando as suas características próprias;**
- II- Colaborar na execução do programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais e seus habitats;**
- III- Deliberar sobre assuntos referentes à matéria para garantir ao município a proteção dos animais e a segurança dos munícipes;**
- IV- Solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, direta ou indireta, que auxiliarão no desenvolvimento do programa de proteção aos animais;**
- V- Colaborar e participar dos planos e programas de erradicação da raiva e outras zoonoses;**
- VI- Incentivar a preservação das espécies animais, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente em áreas de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, cuja manutenção ou soltura seja impraticável.**

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será composto pelos membros abaixo indicados e seus respectivos suplentes:



MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA
Gabinete do Prefeito

- I- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III- 01 (um) representante de cada uma das Associações de Proteção dos Animais, e ONGs dedicadas à proteção e defesa dos animais, que atuam no Município;
- IV- 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- V- 01 (um) representante dos Veterinários de cada Distrito do Município;
- VI- 01 (um) representante da sociedade civil, que atue na proteção dos animais, de cada Distrito do Município;

Parágrafo 1º - Os membros elencados nos incisos I e II serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal.

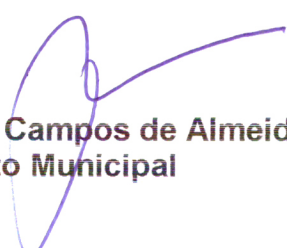
Parágrafo 2º - Todos os membros elencados acima, após indicados pelas respectivas instituições, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 3º - A função de Membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será exercida, gratuitamente, e considerada serviço público relevante.

Artigo 4º - VETADO.

Artigo 5º - Esta Lei ~~Complementar~~ entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Miguel
Em, 20 de junho de 2006.**


**Roberto Daniel Campos de Almeida
Prefeito Municipal**



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A P R O V A D O	
<u>Unica</u>	Discussão
Em <u>19</u> / <u>03</u> / <u>2007</u>	
Presidente	

Veto ao Art. 4º da Lei nº 2.172 de 05.06.2006

Pela Tramitação

Eduardo Paulo Correa
Presidente

JUSTIFICATIVA

Trata-se do Veto do Prefeito ao art. 4º da Lei nº 2172, de 05 de junho de 2006, de autoria do i. Vereador João Gilberto. O dispositivo atacado não padece de ilegalidade.

Isto posto, opinamos pela tramitação do referido Veto para apreciação do c. Plenário.

Sala das Comissões, 8 de março de 2007.

GASTÃO FILHO
Presidente e Relator

ADALBERTO CURVELO
Vice-Presidente

CLÁUDIO EDUARDO
Membro



Projeto 052/2006
Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA-RJ.

PROJETO DE LEI Nº *2172* / 2006.

Autor: VEREADOR JOÃO GILBERTO

PROVADO
05/06/2006
05/06/2006
05/06/2006

"CRIA, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA, O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS".

Artigo 1º - Fica criado, no Município de Miguel Pereira, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de assessoramento da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - São objetivos e finalidades do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais:

- I- Propor normatização e legislação para a criação, transporte, manutenção e comercialização de animais domésticos, visando a aprimorar e a garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos mesmos, evitando-se a crueldade que contra eles possa ser praticada resguardando as suas características próprias;
- II- Colaborar na execução do programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais e seus habitats;
- III- Deliberar sobre assuntos referentes à matéria para garantir ao município a proteção dos animais e a segurança dos munícipes;
- IV- Solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, direta ou indireta, que auxiliarão no desenvolvimento do programa de proteção aos animais;
- V- Colaborar e participar dos planos e programas de erradicação da raiva e outras zoonoses;
- VI- Incentivar a preservação das espécies animais, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente em áreas de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, cuja manutenção ou soltura seja impraticável.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será composto pelos membros abaixo indicados e seus respectivos suplentes:

- I- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III- 01 (um) representante de cada uma das Associações de Proteção dos Animais, e ONGs dedicadas à proteção e defesa dos animais, que atuam no Município;
- IV- 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- V- 01 (um) representante dos Veterinários de cada Distrito do Município;
- VI- 01 (um) representante da sociedade civil, que atue na proteção dos animais, de cada Distrito do Município;

Parágrafo 1º - Os membros elencados nos incisos I e II serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal.

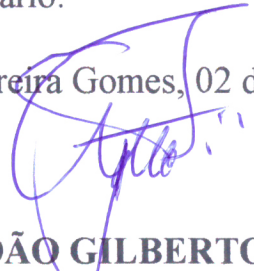
Parágrafo 2º - Todos os membros elencados acima, após indicados pelas respectivas instituições, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 3º - A função de Membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será exercida, gratuitamente, e considerada serviço público relevante.

Artigo 4º - O Poder Executivo Municipal instituirá o Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Lei.

Artigo 5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Hamilton Ferreira Gomes, 02 de maio de 2006.

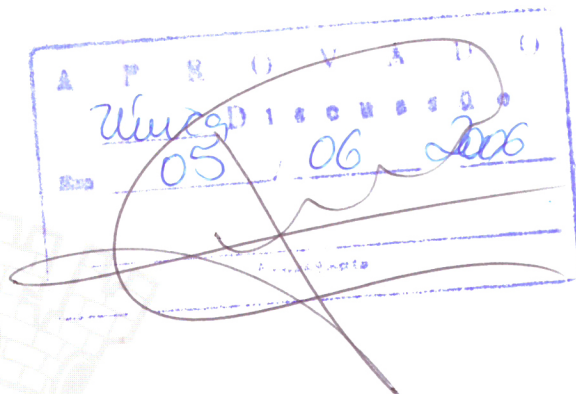

JOÃO GILBERTO
Vereador – PP



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Projeto Nº 052/06
Pela Tramitação



JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Vereador João Gilberto que cria no Município de Miguel Pereira o **Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais**.

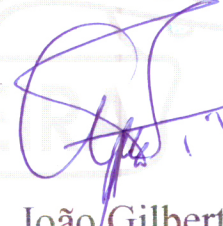
Por concordar com a criação deste Conselho, pois com certeza será de grande utilidade pública é que opino favoravelmente a tramitação.


É o voto.

Aos demais parte da comissão

Sala das Comissões
Em, 18 de maio de 2006


Adalberto Curvelo de Oliveira
Relator Vice-Presidente.


João Gilberto
Presidente


Eduardo Corrêa "Domi"
Membro



Nota

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

LEI Nº 2.172 DE 05 DE JUNHO DE 2006

**“CRIA, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA,
O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E
DEFESA DOS ANIMAIS”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Artigo 1º - Fica criado, no Município de Miguel Pereira, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de assessoramento da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - São objetivos e finalidades do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais:

- I- Propor normatização e legislação para a criação, transporte, manutenção e comercialização de animais domésticos, visando a aprimorar e a garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos mesmos, evitando-se a crueldade que contra eles possa ser praticada resguardando as suas características próprias;
- II- Colaborar na execução do programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais e seus habitats;
- III- Deliberar sobre assuntos referentes à matéria para garantir ao município a proteção dos animais e a segurança dos munícipes;
- IV- Solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, direta ou indireta, que auxiliarão no desenvolvimento do programa de proteção aos animais;
- V- Colaborar e participar dos planos e programas de erradicação da raiva e outras zoonoses;
- VI- Incentivar a preservação das espécies animais, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente em áreas de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, cuja manutenção ou soltura seja impraticável.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será composto pelos membros abaixo indicados e seus respectivos suplentes:

- I- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III- 01 (um) representante de cada uma das Associações de Proteção dos Animais, e ONGs dedicadas à proteção e defesa dos animais, que atuam no Município;
- IV- 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- V- 01 (um) representante dos Veterinários de cada Distrito do Município;



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

VI- 01 (um) representante da sociedade civil, que atue na proteção dos animais, de cada Distrito do Município;

Parágrafo 1º - Os membros elencados nos incisos I e II serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo 2º - Todos os membros elencados acima, após indicados pelas respectivas instituições, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 3º - A função de Membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será exercida, gratuitamente, e considerada serviço público relevante.

Artigo 4º - O Poder Executivo Municipal instituirá o Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Miguel
Em,

Roberto Daniel Campos de Almeida
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

LEI Nº 2.276 DE 23 DE MARÇO DE 2007

**“CRÍA, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA,
O CONSELHO MUNICIPALDE PROTEÇÃO E
DEFESA DOS ANIMAIS”.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL
PEREIRA APROVOU E EU PROUMULGO A SEGUINTE LEI:**

Artigo 1º - Fica criado, no Município de Miguel Pereira, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de assessoramento da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - São objetivos e finalidades do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais:

- I- Propor normatização e legislação para a criação, transporte, manutenção e comercialização de animais domésticos, visando a aprimorar e a garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos mesmos, evitando-se a crueldade que contra eles possa ser praticada resguardando as suas características próprias;
- II- Colaborar na execução do programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais e seus habitats;
- III- Deliberar sobre assuntos referentes à matéria para garantir ao município a proteção dos animais e a segurança dos munícipes;
- IV- Solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, direta ou indireta, que auxiliarão no desenvolvimento do programa de proteção aos animais;
- V- Colaborar e participar dos planos e programas de erradicação da raiva e outras zoonoses;
- VI- Incentivar a preservação das espécies animais, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente em áreas de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, cuja manutenção ou soltura seja impraticável.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será composto pelos membros abaixo indicados e seus respectivos suplentes:

- I- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III- 01 (um) representante de cada uma das Associações de Proteção dos Animais, e ONGs dedicadas à proteção e defesa dos animais, que atuam no Município;
- IV- 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- V- 01 (um) representante dos Veterinários de cada Distrito do Município;



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira

VI- 01 (um) representante da sociedade civil, que atue na proteção dos animais, de cada Distrito do Município;

Parágrafo 1º - Os membros elencados nos incisos I e II serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo 2º - Todos os membros elencados acima, após indicados pelas respectivas instituições, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

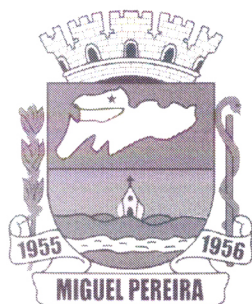
Parágrafo 3º - A função de Membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será exercida, gratuitamente, e considerada serviço público relevante.

Artigo 4º - O Poder Executivo Municipal instituirá o Regimento Interno do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Miguel
Em, 23 de março de 2007.

Eduardo Paulo Corrêa
Presidente



BOLETIM INFORMATIVO

MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO I Nº 22 DE 21 a 30 DE JUNHO DE 2006

ÓRGÃO INFORMATIVO CRIADO PELA LEI Nº 2.030 DE 17 DE MARÇO DE 2005. – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

LEI Nº 2.172 DE 05 DE JUNHO DE 2006

“CRIA, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA, O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA
APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica criado, no Município de Miguel Pereira, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, de assessoramento da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - São objetivos e finalidades do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais:

- I. Propor normatização e legislação para a criação, transporte, manutenção e comercialização de animais domésticos, visando a aprimorar e a garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos mesmos, evitando-se a crueldade que contra eles possa ser praticada resguardando as suas características próprias;
- II. Colaborar na execução do programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais e seus habitats;
- III. Deliberar sobre assuntos referentes à matéria para garantir ao município a proteção dos animais e a segurança dos munícipes;
- IV. Solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, direta ou indireta, que auxiliarão no desenvolvimento do programa de proteção aos animais;
- V. Colaborar e participar dos planos e programas de erradicação da raiva e outras zoonoses;
- VI. Incentivar a preservação das espécies animais, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente em áreas de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, cuja manutenção ou soltura seja impraticável.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será composto pelos membros abaixo indicados e seus respectivos suplentes:

- I. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III. 01 (um) representante de cada uma das Associações de Proteção dos Animais, e ONGs dedicadas à proteção e defesa dos animais, que atuam no Município;
- IV. 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- V. 01 (um) representante dos Veterinários de cada Distrito do Município;
- VI. 01 (um) representante da sociedade civil, que atue na proteção dos animais, de cada Distrito do Município;

Parágrafo 1º - Os membros elencados nos incisos I e II serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo 2º - Todos os membros elencados acima, após indicados pelas respectivas instituições, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 3º - A função de Membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será exercida, gratuitamente, e considerada serviço público relevante.

Artigo 4º - VETADO.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Miguel
Em, 20 de junho de 2006.

Roberto Daniel Campos de Almeida
Prefeito Municipal

Republicada por incorreção no BIM 21.